

Porto do Açu: uma Análise de Conteúdo das Notícias na Mídia Impressa Regional

AÇU PORT: A CONTENT ANALYSIS OF NEWS IN REGIONAL PRINT MEDIA

Resumo:

A construção de um complexo portuário no litoral do Município de São João da Barra, na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, gerou grande expectativa em torno do empreendimento, relacionando-o ao desenvolvimento, ao crescimento econômico, à geração de emprego e renda, a investimentos e, também, a impactos ambientais e socioeconômicos. Este trabalho tem o objetivo de analisar o conteúdo das notícias sobre o Porto do Açu, publicadas nos jornais impressos regionais Folha da Manhã, O Diário e Quotidiano, verificando o enquadramento dado pela mídia ao empreendimento e se ela contribuiu para o debate e a reflexão das questões relacionadas ao Porto, a partir dos diferentes temas, gêneros jornalísticos, valência e fontes utilizados na construção de suas notícias. A pesquisa, que utiliza a metodologia da análise de conteúdo, tem como recorte temporal três períodos pré-estabelecidos entre os anos de 2006 e 2015, que compreendem o anúncio e a fase inicial do Porto; a crise nas empresas do grupo que controlava o empreendimento; e a sua entrada em operação, com mudança de comando e do perfil de suas atividades, possibilitando uma análise comparativa das notícias antes, durante e após a crise no Porto.

Palavras-chave:

Porto do Açu; Análise de Conteúdo; Mídia; Comunicação e Informação.

Abstract:

The construction of a port complex on the coast of the São João da Barra municipality, in the North of Rio de Janeiro State, Brazil, raised high expectations on development, economic growth, income and employment generation, investment and environmental and socioeconomic impacts around this enterprise. This work aims to analyze the informational content of the news about the Açu Port published in the regional print newspapers Folha da Manhã, O Diário and Quotidiano, verifying the way the media introduced the enterprise and if this media contributed to the debate and analysis about the issues concerning the Port from different themes, journalistic fields, validity and sources used to produce news. This research, which applies the methodology of content analysis, has a timeline with three pre-established periods between 2006 and 2015 that include the announcement and the initial phase of the port; the crisis in the companies of the group that managed the enterprise; and its beginning of operation when changes in the command structure and in the profile of activities occurred, allowing comparative analysis of news before, during and after the crisis in the Port.

Keywords:

Açu Port; Content Analysis; Media; Communication and Information.

Dayanne Vieira Maia

Jornalista no Instituto Federal Fluminense. Mestre em Planejamento Regional e Gestão da Cidade pela Universidade Candido Mendes - Campos/RJ (UCAM-Campos).

E-mail: dayanne.maia@ifff.edu.br

Rosélia Perissé da Silva Piquet

Doutora em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (UCAM-Campos).

E-mail: ropiquet@terra.com.br

Eduardo Shimoda

Doutor em Produção Animal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professor do Mes-

trado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (UCAM-Campos).

E-mail: prof_shimoda@yahoo.com.br

Introdução

O anúncio da construção de um complexo portuário no litoral do Município de São João da Barra, no Norte do Estado do Rio de Janeiro, em 2006, gerou grande expectativa em torno do empreendimento, relacionando-o a investimentos, à geração de empregos, ao desenvolvimento e a outras transformações no município, de 32.747 habitantes (IBGE 2010), e no município vizinho de Campos dos Goytacazes que, por oferecer maior infraestrutura e serviços, também seria impactado pelo Porto.

Desde o lançamento de sua pedra

fundamental, em 2006, e início de sua construção, em 2007, o Porto do Açu fez parte da agenda da mídia nacional e regional/local. Propagado pelo grupo EBX e pelo empresário Eike Batista como um "megacomplexo", "superporto", "o maior e mais eficiente complexo portuário da América Latina, podendo se posicionar entre os 3 maiores portos do mundo", o empreendimento gerou momentos de incerteza, com atraso nas obras e desistências de ocupação de empresas, entre os anos de 2012 e 2013, com a crise da EBX, iniciando sua operação em 2014, já sob o comando da Prumo Logística S/A, com proporções bem menores do que as anunciadas pela empresa EBX. Durante todo o período de

anúncio e implantação, o Porto do Açú foi tema de diversas matérias nos veículos de comunicação da região, que falavam sobre a grandiosidade do empreendimento, o desenvolvimento, a expectativa de crescimento populacional, a criação de empregos, a qualificação profissional, a degradação ambiental, os protestos de trabalhadores e as desapropriações irregulares, entre outros temas.

Mediante todas as questões relacionadas à instalação de um Grande Projeto de Investimento (GPI) em um território e tendo em vista a abrangência dos meios de comunicação de massa e sua influência na formação da opinião pública, este trabalho tem o objetivo de analisar o conteúdo das notícias sobre o

Porto do Açú, fazendo um comparativo entre o período inicial do Porto, o período de crise e o período de sua entrada em operação, verificando o enquadramento dado pela mídia impressa regional ao empreendimento, e se ela contribuiu para ampliar o debate e a reflexão das questões relacionadas ao Complexo Portuário, a partir dos diferentes temas, gêneros jornalísticos, valência e fontes utilizados na construção de suas notícias, evidenciando os pontos positivos, seus impactos e consequências para a região, ou apenas reproduziu o discurso das forças econômicas e políticas, que difundiram uma ideia de progresso e de desenvolvimento.

Para atingir os objetivos propostos, foi utilizada metodologia de abordagem

quantitativa e qualitativa, com utilização de análise documental e de análise de conteúdo das notícias sobre o tema Porto do Açú, tendo como fonte de dados os jornais impressos diários do Município de Campos dos Goytacazes, Folha da Manhã e O Diário, de circulação regional, e o jornal Quotidiano, de circulação mais restrita ao Município de São João da Barra. A pesquisa tem como recorte temporal os períodos de dezembro de 2006, julho de 2007 a junho de 2009; o ano de 2013; e janeiro de 2014 a junho de 2015, que compreendem, respectivamente, o anúncio e início da construção do Porto do Açú, a crise do Grupo EBX, do empresário Eike Batista, e sua entrada em operação.

O Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú

No dia 27 de dezembro de 2006, o empresário Eike Batista lançou a pedra fundamental do Porto do Açú, no 5º Distrito de São João da Barra, tendo como vetor atrativo a proximidade com as reservas petrolíferas da Bacia de Campos, situadas a cerca de 150 quilômetros, agregando a função de apoio offshore (LEO, 2014).

As obras do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú tiveram início em outubro de 2007, com a construção de um píer que ligaria o terminal de cargas ao continente, com previsão para realizar o primeiro embarque de minério de ferro em 2009. O empreendimento, que estava inserido na etapa da modernização portuária brasileira, recebeu investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2010.

Em um vídeo de divulgação¹ produzido para a LLX, a companhia apresenta o projeto do Complexo Portuário, chamado pela empresa de “Superporto”, como o maior e mais eficiente complexo portuário da América Latina, com 150 km² de retroárea, 2,5 vezes o tamanho da Ilha de Manhattan, nos Estados Unidos, posicionando-se entre os três maiores portos do mundo. O projeto contava com dois terminais que totalizavam 11 km de cais, o TX1

(offshore) e o TX2 (onshore), com nove berços dedicados à movimentação de minério de ferro e de barris de petróleo.

Conforme relatório da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB, 2011), o Complexo Portuário contaria, também, com um Distrito Industrial na sua retroárea. O empreendimento, que previa investimentos de 3 bilhões de reais e geração de 10 mil empregos diretos em sua infraestrutura, seria viabilizado pela parceria público-privada entre a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin) e a LLX Açú Operações Portuárias, subsidiária da LLX Logística, do grupo EBX. Para o Distrito Industrial, estavam previstas plantas de pelletização, cimenteiras, polo metal-mecânico, unidades petroquímicas, siderúrgicas, montadoras de automóveis, pátios de armazenagem, inclusive para gás natural, cluster para processamento de rochas ornamentais e usinas termoelétricas.

O projeto incluía, ainda, um mineroduto, com cerca de 500 quilômetros de extensão, que cortaria 32 municípios, para o transporte de minério de ferro, extraído da mina de Conceição do Mato Dentro/MG pela MMX/Anglo American Mineração, até o Porto do Açú, para processamento e exportação (PESSANHA, 2014).

Nos primeiros anos após o início da

construção do Porto, o empresário Eike Batista assinou memorandos de entendimento com diversas empresas interessadas em instalar-se na retroárea do Açú. Segundo Leo (2014, p. 157), o empresário “anunciava os ‘*emouiu*’ (do inglês M.O.U., *Memorandum of Understanding*) como se tivesse a solidez de uma instalação produtiva já levantada em sua Roterdã tropical”. Durante a abertura de capital da LLX, em julho de 2008, Eike anunciava ter mais de 30 memorandos de entendimento assinados com companhias estrangeiras, que arrendariam áreas de seu Distrito Industrial e sustentariam o empreendimento. “A história da EBX, nos anos seguintes, foi uma sucessão de anúncios de desistência dos signatários desses memorandos” (LEO, 2014, p. 159), incluindo a fábrica de automóveis da Nissan, que desistiu do Porto e decidiu se instalar no Município de Resende-RJ, e a siderúrgica chinesa *Wuhan*, cujo memorando foi assinado pelo presidente chinês, Hu Jintão, durante visita ao Brasil, em abril de 2010.

O atraso nas obras, problemas ambientais e desistências de empresas geraram um clima de incerteza em relação ao futuro do Porto. O ano de 2013 marcou a queda das ações das empresas do Grupo EBX na bolsa de valores, a venda e a passagem de comando de suas com

panhias e o processo de recuperação judicial da OGX e da OSX. A LLX foi vendida no 2º semestre de 2013 para o grupo americano *EIG Global Energy Partners*, deixando para trás o X, passando, então, a se chamar Prumo Logística Global (LEO, 2014).

O Complexo Portuário do Açú começou a operar no 2º semestre de 2014, com

proporções bem menores do que o projeto inicial. Entre as operações no Porto do Açú, Pessanha (2015) destaca as atividades ligadas à Petrobras e o transbordo de petróleo em área abrigada, previsto para entrar em operação em 2016.

Para Monié (2015, p. 9), o redimensionamento do projeto mantém as características operacionais do Porto, mas

a zona industrial perde sua função multifuncional, participando de um espaço de fluxos de menor complexidade, centrando suas atividades no processamento e escoamento do minério de ferro e, sobretudo, no apoio logístico offshore às plataformas da Bacia de Campos.

Relação porto-cidade e os impactos do empreendimento

Progressivamente, a tendência de indissociabilidade e interdependência entre porto e cidade é substituída pelo distanciamento e afastamento. No mundo globalizado, com os imperativos de fluidez de mercadorias e a operação transescalar, os portos modernos possuem características impostas pelo mercado, que ignoram a escala local. Porto e cidade são apresentados, na maior parte dos casos, como antagônicos: “a cidade seria um obstáculo à fluidez de circulação” (MONIÉ, 2009, p. 11).

Vainer (2007, p. 6-7) diz que os grandes projetos de investimentos projetam sobre os espaços locais e regionais interesses quase sempre globais, e que os GPIs são uma forma de organização territorial que a tudo se sobrepõem, “fragmentando o território e instaurando circunscrições e distritos que, no limite, constituem verdadeiros enclaves”.

O caso do Complexo Portuário do Açú, em São João da Barra, não é diferente da maioria dos portos implementados na era da globalização. De acordo com Pessanha (2015, p. 21), ele é a materialização do que se chama transescalar, um empreendimento privado, criado e fomentado pelo mundializado mercado de comercialização de commodities, com apoio do Estado em suas três esferas, e que se instala no território gerando uma série de impactos.

A natureza do projeto do Porto do Açú, com a construção de infraestrutura portuária e de um complexo industrial voltado para a exportação, possui como característica a baixa internalização de suas atividades no local de implantação e, portanto, “uma capacidade limitada de gerar encadeamentos favoráveis

à dinamização da economia da região, tendendo a induzir apenas a criação de pequenos negócios ou serviços, que exigem, normalmente, pessoal menos qualificado” (PIQUET; SHIMODA, 2014, p.126). Os autores citados revelam que, apesar de existirem efeitos benéficos, os estudos empíricos sobre grandes empreendimentos indicam que, nas localidades que recebem os projetos, ocorrem crescimento populacional e ocupação urbana desordenada, deslocamentos de populações rurais de suas terras, entre outros impactos negativos. “O balanço entre perdas e ganhos só pode ser efetivamente positivo quando existir a mobilização dos agentes locais para a defesa de seus interesses” (PIQUET; SHIMODA, 2014, p. 135).

Lemos e Rodrigues (2012, p. 5) consideram que as infraestruturas são sempre necessárias, pois permitem o escoamento dos fluxos, mas não são, por si só, suficientes para o desenvolvimento econômico, que depende “das potencialidades locais pré-existentes e do dinamismo dos atores locais, que devem ser encorajados a participar dos projetos de desenvolvimento”.

No caso do Porto do Açú, não há conhecimento da existência ou de divulgação de políticas públicas voltadas para a geração de desenvolvimento econômico, a partir do Complexo Portuário, ou de estudos de impactos do empreendimento. Entre os relatórios já divulgados estão os da AGB e os de empresas de consultoria contratadas pelo empreendimento. O que se viu durante a implantação do Complexo Portuário foram beneficiamentos das três esferas de governo, com financiamentos do BNDES, isenções

fiscais e redução de impostos em nível estadual e municipal, além de facilitação das concessões de áreas para o Distrito Industrial, desapropriações de terra e licenciamentos ambientais.

Oliveira (2012, p. 79) diz que, na Região Norte Fluminense, especialmente na escala municipal, pode-se identificar a vulnerabilidade das administrações frente aos GPIs, que são atraídos pelos fatores geográficos, como a proximidade com a Bacia de Campos, mas que definem suas instalações pelas facilidades oferecidas pelos poderes locais, caracterizando a “guerra dos lugares”. Como afirma Vainer (2010, p.114), “O prefeito não existe. Não existe mais o poder local. O poder local é o grande projeto: ele redefiniu a totalidade daquele espaço e criou, na verdade, uma nova instância de poder”.

Ao mesmo tempo em que as forças hegemônicas se instalam no território, promovendo um rearranjo no espaço, que inclui inovações produtivas e econômicas, elas também geram impactos negativos e conflitos socioeconômicos, políticos e ambientais (OLIVEIRA, 2012, p. 68).

Desde a sua implantação, o Porto do Açú vem provocando conflitos e impactos socioeconômicos e ambientais no território. Lemos e Rodrigues (2011) revelam que o processo de desapropriação de terras para a construção do Distrito Industrial abrangeu 1.403 lotes de terrenos, contabilizando 70 milhões de metros quadrados, tornando-os áreas em favor da Codin-RJ. Comunidades, compostas por propriedades pequenas e médias de agricultura de base familiar e pecuária, tiveram que deixar suas ter

ras. Os autores dizem que os discursos de modernização e geração de empregos buscam justificar os danos causados à população local, “mas a população do 5º Distrito não será candidata a estas vagas devido à exigência das empresas. Na fase de operação, as chances serão ainda menores por prescindir de mão de obra ainda mais especializada” (LEMOS; RODRIGUES, 2011, p. 12).

De acordo com relatório da AGB (2011), as desapropriações para a cons-

trução do Distrito Industrial geraram impactos sobre o modo de vida e economia local, como o rompimento das relações com a vizinhança existente, a destruturação de relações simbólicas da população com o lugar, a desestabilização da estrutura agrária local, além da interrupção de práticas locais de produção e de subsistência. A AGB (2011, p. 49) destaca, ainda, que os impactos diretos e indiretos da construção do Complexo Portuário incluíram “danos à pesca, assoreamento

de lagos e rios, especulação imobiliária e redução da produção agropecuária”.

Monié (2015) ressalta que os impactos ambientais dos grandes empreendimentos costumam suscitar as maiores tensões, e que dentre os impactos da construção do porto-indústria do Açú que mais mobilizaram os ambientalistas está o processo de salinização das águas subterrâneas e superficiais, em decorrência da obra e da destruição de considerável área de restinga.

A agenda da mídia e sua influência na formação da Opinião Pública

Os veículos de comunicação atuam como mediadores dos fatos e informações para a sociedade que, sem a mídia, não teria acesso ao que acontece ao redor do mundo. Lima (2004, p. 51) diz que os meios de comunicação exercem uma função central na sociedade.

A maioria das sociedades contemporâneas pode ser considerada como centrada na mídia (*media centric*), uma vez que a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não seria possível sem ela.

A função social da mídia numa sociedade democrática é a de informar o público, sem censura, levando os diferentes ângulos de um acontecimento, sem deixar de lado o compromisso com a credibilidade e veracidade dos fatos, dando subsídios para que os indivíduos tirem suas próprias conclusões. McCombs (2009, p.15) diz que, em boa medida, “o jornalismo é mais do que simplesmente contar uma boa história. É contar histórias que possuam utilidade cívica significativa”.

Entretanto, com a industrialização e o crescimento dos meios de comunicação de massa, dois polos tornaram-se dominantes na emergência do campo jornalístico contemporâneo, de acordo com Traquina (2012, p. 24): o polo econômico, com a visão das notícias como um negócio; e o polo ideológico, que vê a imprensa como elemento fundamental na teoria democrática e o jornalismo como um serviço público. Para este au-

tor, “a tensão entre os dois polos é permanente e insolúvel”.

Em muitas ocasiões, o dever e a função social do jornalismo de informar a sociedade são colocados em segundo plano para atender aos interesses políticos e econômicos das empresas jornalísticas. Gans (1979, p. 81 *apud* TRAQUINA, 2012, p. 199) destaca que “as notícias são, entre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade”, e que o primeiro poder dos jornalistas, editores ou proprietários de meios de comunicação é o de decidir o que é notícia, sabendo que ela “dá existência pública aos acontecimentos”.

A Teoria (ou hipótese) da Agenda - *Agenda Setting*, formulada por Maxwuel McCombs e Donald Shaw, na década de 1970, estabelece que a agenda da mídia exerce influência sobre a agenda do público, determinando os temas que são proeminentes na imagem do público, influenciando, também, sua maneira de pensar e de agir. De acordo com McCombs (2009, p. 111), a ideia teórica central da Teoria da Agenda é que “os elementos proeminentes na imagem da mídia tornam-se proeminentes na imagem da audiência. Aqueles elementos enfatizados na agenda da mídia acabam tornando-se igualmente importantes para o público”.

A agenda da mídia torna-se, em boa medida, a agenda do público. Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública. Estabelecer esta ligação com o público, colocando um assunto ou tópico na agenda pública

de forma que ele se torne foco de nossa atenção e do pensamento do público - e, possivelmente, ação - é o estágio inicial na formação da opinião pública. (MCCOMBS, 2009, p. 18)

Principal referência teórica para os estudos de McCombs, Walter Lippmann publicou a primeira versão do título “A Opinião Pública”, em 1922. Lippmann é considerado o pai intelectual da ideia do Agendamento. Para ele, os veículos de comunicação transmitem informações de uma realidade que, muitas vezes, está distante de nós, recriando-a e determinando as imagens que temos sobre ela. Como as pessoas não têm como saber ou presenciar todos os acontecimentos, a informação que chega até elas é transmitida, em grande parte, pela mídia. De acordo com Lippmann (1922 *apud* MCCOMBS, 2009, p. 19), “a opinião pública responde não ao ambiente, mas ao pseudoambiente construído pelos veículos de comunicação”. Este autor diz, ainda, que para quase todas as preocupações da agenda pública, “os cidadãos tratam de uma realidade de segunda-mão, uma realidade que é estruturada pelos relatos dos jornalistas sobre estes eventos ou situações”. A opinião pública seria fruto da ação de grupos de interesse ou pessoas agindo em nome de grupos:

Aqueles aspectos do mundo que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. As imagens na cabe

ça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos são suas opiniões públicas. Aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas ou de indivíduos agindo em nome de grupos é Opinião Pública com letras maiúsculas (LIPPMANN, 2008, p. 40).

As imagens que o público tem da construção da realidade a partir dos acontecimentos narrados pela mídia contribuem para a formação da Opinião Pública, com letras maiúsculas. “A opinião reconhecida como pública, então, seriam as opiniões feitas públicas. E não as opiniões surgidas do público” (LIPPMANN, 2008, p. 140).

Diante disso, podemos dizer que são inegáveis os efeitos da mídia sobre a sociedade. Os assuntos divulgados pela mídia, principalmente os que recebem maior ênfase, são temas de conversas em grupos, na família, na escola, no trabalho, entre outros lugares. A pauta destas conversas é sugerida pelos jornais, televisão, rádio e internet, propiciando ao público a hierarquização dos assuntos que devem ser pensados/falados. “A realidade social passa a ser representada por um cenário montado a partir dos meios de comunicação de massa” (BRUM, 2003, p. 2).

O conceito de Enquadramento ou *Framing* pode ser considerado um desdobramento da Teoria da Agenda. Ele está diretamente relacionado ao agen-

damento. Além de estabelecer a agenda do público, a mídia também teria influência sobre o enfoque e o que pensamos sobre determinado fato.

O enquadramento é constituído através de procedimentos de seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos ou informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais os acontecimentos são dados a conhecer. Trata-se de uma ideia central que organiza a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento, que envolvem inclusive o uso de expressões, estereótipos, sintagmas, etc. (ROTHBERG, 2010, p. 54 - 55).

Ao selecionar o ângulo da notícia, o seu tamanho, o título, as imagens e as suas legendas e o *lead*², além do formato de gêneros jornalísticos e da escolha das fontes das notícias, o jornalista/editor da notícia está fazendo um enquadramento. A mídia define o que é relevante e essencial ao enfatizar determinado tema. Zanetti (2008, on-line) diz que “a maneira como um assunto é enquadrado pela mídia influencia a forma de recepção deste assunto no público leitor”. Druckman (2001, p. 1041 *apud* ZANETTI, 2008) diz que um efeito de *framing* ocorre quando, “ao longo da descrição de um assunto ou evento, a ênfase do enunciador sobre um subconjunto de considerações relevantes em potencial faz com que os indivíduos se concentrem nessas considerações ao

construírem suas opiniões”.

De acordo com Miranda (2012, p. 30), “os enquadramentos oferecem, assim, contextos para a interpretação das mensagens jornalísticas” por parte do público. A partir do enquadramento, a mídia não só pauta a agenda do público como direciona a sua maneira de pensar e interpretar um determinado acontecimento ou tema. Alguns aspectos tornam-se relevantes e outros são descartados.

É importante ressaltar, porém, que o poder da mídia sobre os receptores não é ilimitado. Com o advento das novas tecnologias, o público tem a oportunidade de buscar outras informações e outros pontos de vista sobre um tema ou acontecimento em outros canais de comunicação, principalmente na internet. Maia (2014, p. 61) diz que com o poder que a internet proporciona aos cidadãos de buscar informações diferenciadas, e com a possibilidade dos cidadãos também serem agentes produtores de informação, “os efeitos que a mídia exerce sobre o público ainda são presentes e intensos, mas começam a tomar novas configurações frente a uma sociedade informatizada e global”.

O papel dos gêneros jornalísticos e das fontes de notícias

Os gêneros jornalísticos têm um importante papel para a compreensão das mensagens produzidas pelos meios de comunicação de massa. Eles servem para informar, explicar e orientar os leitores, permitindo que estes identifiquem a forma e o seu conteúdo, possibilitando, também, um diálogo entre o jornal e o leitor (MEDINA, 2001, p. 50).

Marques de Melo (2003, p. 64) conceitua o gênero jornalístico como “um conjunto de circunstâncias que determinam o relato que a instituição jornalística difunde para o seu público”. Para

o autor, o gênero “é a articulação que existe, do ponto de vista processual, entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura)”. A partir da compreensão dos diferentes tipos de gêneros, é possível analisar como a mídia enxerga seu compromisso social e sua relação com o público por meio do formato que escolhe para transmitir as informações aos leitores. Os gêneros determinam a intencionalidade do discurso e a forma como os acontecimentos serão abordados, se com seriedade,

de maneira abrangente, aprofundada ou de forma engraçada.

Pioneiro neste estudo no Brasil, Luiz Beltrão (1969; 1976; 1980) classifica os gêneros jornalísticos em: informativo, em que se enquadram os formatos notícia, história de interesse humano e informação pela imagem; interpretativo, com o formato da reportagem em grande profundidade; e opinativo, no qual se enquadram os formatos artigo, editorial, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor. Já o autor José Marques de Melo propôs uma classificação dos gêneros

jornalísticos em: informativo, opinativo, interpretativo, utilitário e diversional (MOURA, 2012).

Neste estudo, serão utilizados os gêneros informativo, interpretativo e opinativo, principais formatos, denominados por Medina (1988) de “informação, informação ampliada e opinião expressa”, seguindo as classificações propostas por Beltrão e Marques de Melo.

As fontes também desempenham um importante papel na construção da notícia e da agenda da mídia, sendo definidas por Schmitz (2011, p. 9) como:

Pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas, de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia.

Bonfim (2005, p. 4) diz que as teorias estruturalista e interacionista, consolidadas a partir da década de 1960, reforçaram o paradigma das notícias como uma construção social e contribuíram para a compreensão do papel das fontes nessa construção, admitindo que as notícias são resultado de “processos complexos de interação entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional dentro e fora de sua organização”. A mídia não constrói uma notícia de forma autônoma, ela depende de assuntos específicos fornecidos por fontes que detêm a informação ou presenciaram um determinado fato ou evento.

Melo (2012, p. 7) destaca que a rede informativa da mídia reflete a estrutura social já que, normalmente, são priorizadas as fontes que detêm maior poder político e econômico. “Desse modo, as fontes que estão hierarquicamente aci-

ma na ordem social são mais sistematicamente consultadas e, por sua vez, impõem o foco de atenção”. Hall *et al.* (1978, p. 18 *apud* SCHMITZ, 2011) dizem que, na hierarquia de credibilidade, as fontes mais poderosas possuem preferência nas declarações de temas controversos e que por mais que a mídia considere a fonte “especialista” como a mais fidedigna, por fornecer informações sem interesse particular, ela prefere as fontes nomeadas pelo autor citado como “autorizadas”, notadamente de organizações públicas. Desta maneira, as fontes oficiais e empresariais, além de serem mais consultadas, possuem um poder maior de interferir na agenda da mídia, que, por sua vez, tem a capacidade de influenciar a agenda pública.

Análise de conteúdo das notícias na mídia impressa regional

A pesquisa é composta por 616 notícias, publicadas nos jornais Folha da Manhã, O Diário e Quotidiano, nos três períodos pré-estabelecidos, com o objetivo de fazer uma análise comparativa entre o conteúdo das notícias antes, durante e após a crise no Porto do Açu, a partir da definição de quatro categorias de classificação para análise das notícias: (1) temas; (2) fontes; (3) gêneros/mensagens jornalísticos; e (4) valência. O período 1, de dezembro de 2006 e julho de 2007 a junho de 2009, compreende o anúncio e a fase inicial de construção do Porto; o período 2, compreende o ano de 2013, de agravamento da crise do Grupo EBX, com a passagem de comando do empreendimento para a Prumo Logística; e o período 3, que vai de janeiro de 2014 a junho de 2015, corresponde à mudança de comando do Porto do Açu e sua entrada em operação, retomando a sua característica inicial, voltada para o processamento e escoamento do minério de ferro e o apoio logístico offshore às plataformas da Bacia de Campos. Para atingir os objetivos propostos, fo-

ram formulados 13 temas, que fizeram parte da agenda da mídia, estabelecidos com base na recorrência em que apareceram durante a pré-análise dos jornais, conforme veremos adiante.

As fontes de notícias foram classificadas em: (1) Políticos, pessoas que exercem cargo público para o qual foram eleitas e secretários nomeados em função da política; (2) Representantes de órgãos públicos, que são pessoas em função ou cargo público, que se pronunciam pelo Estado e preservam os poderes constituídos (Executivo, Legislativo, Judiciário), como representantes dos Ministérios Públicos, por exemplo; (3) Empresarial, que representam empresas e corporações da indústria, comércio e serviços; (4) População, que geralmente se manifesta por si mesma, não falando em nome de grupos/associações; (5) Especialistas, que têm conhecimento para analisar os acontecimentos e suas possíveis consequências; (6) Institucional, como representantes de organizações sem fins lucrativos, associações, sindicatos e instituições de ensino; (7) Jor-

nalistas/colunistas; e (8) Outros.

Os gêneros jornalísticos foram divididos em: (1) informativo, que é a informação simples e objetiva dos fatos; (2) interpretativo, com a informação ampliada, mais contextualizada, em profundidade; e o (3) opinativo, que transmite a opinião e o ponto de vista do jornalista, colunista, dono de jornal ou leitor. A quarta categoria de análise, a valência, utilizada pelo Laboratório de Estudos Eleitorais em Comunicação Política e Opinião Pública - DOXA do IESP/UERJ, classifica as notícias, a partir do seu enfoque, em: (1) positiva; (2) negativa; e (3) equilibrada, que é a notícia que traz um equilíbrio entre elementos negativos e positivos.

Os resultados obtidos mostraram que o período em que o tema Porto do Açu ocupou com maior frequência a agenda da mídia foi o período 2, com 261 notícias, que equivalem a 42,4% do total. O segundo período com maior frequência de publicação de notícias sobre o empreendimento foi o período 3, com 183 notícias, que correspondem a 29,7%

do total, bem próximo do período 1, em que foram publicadas 172 notícias sobre o Porto, com 27,9% do total.

A análise dos temas das notícias publicadas na mídia impressa revelou, conforme o Gráfico 1, a predominância do tema Desenvolvimento, crescimento econômico e investimentos, no período inicial do Porto, abordado em 50,0% das notícias publicadas nos três jornais. As notícias sobre geração de emprego e renda vêm em segundo lugar, com espaço em 15,1% das notícias publicadas no período 1, seguidas pelas notícias dos temas Construção do Porto, presente em 14,5% das matérias, e Qualificação profissional, com 10,5%. Os eventos de apresentação do empreendimento e a visita de políticos ao Porto foram abordados em 7,0% das notícias. Os impactos socioeconômicos e ambientais gerados pelo Porto, como a salinização da água e as desapropriações foram praticamente ignorados pela mídia, aparecendo em apenas 5,2% das notícias. Os temas relacionados a projetos para a comunidade

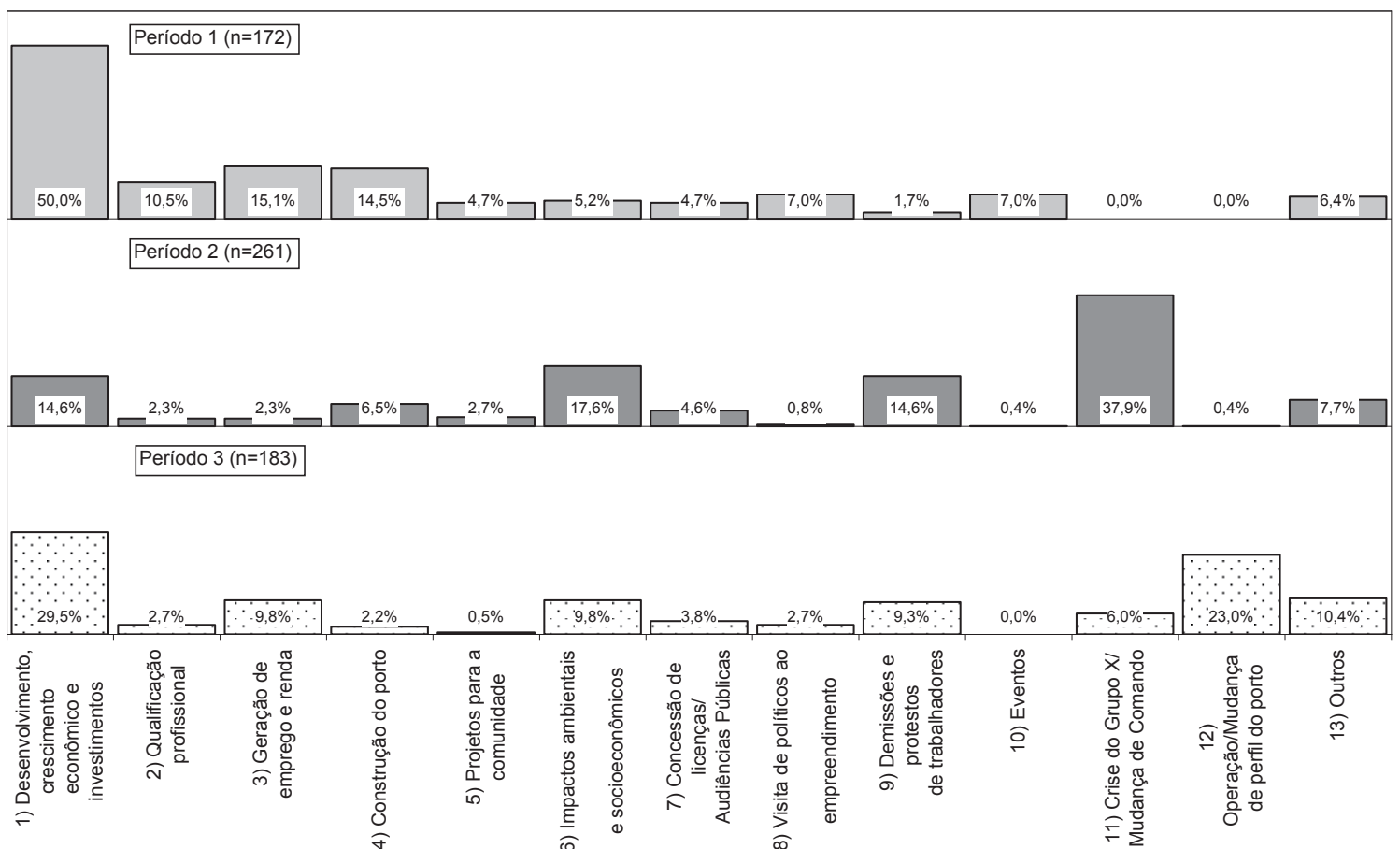
de, concessão de licenças e audiências públicas, demissões e protestos de trabalhadores foram abordados em menos de 5,0% das notícias.

No período 2, as notícias sobre a queda das ações do Grupo EBX, a paralisação de obras, a desistência de empresas que se instalariam no empreendimento e a passagem de comando do Porto do Açu para a Prumo Logística, entre outros temas relacionados à Crise do Grupo X/Mudança de comando, ocuparam com maior frequência a agenda da mídia, aparecendo em 39,9% das matérias, seguidas pelas notícias sobre os impactos socioeconômicos e ambientais, com 17,6%. As matérias sobre demissões e protestos de trabalhadores e desenvolvimento, crescimento econômico e investimentos aparecem empatadas, em terceiro lugar, com 14,6%. O tema construção do Porto foi abordado em 6,5% das notícias, seguido pelo tema Concessão de licenças e audiências públicas, presente em 4,6% do total de notícias. No período de crise, foi registrada

uma queda considerável na abordagem dos temas Geração de emprego e renda e Qualificação profissional, presente em apenas 2,3% das notícias publicadas.

Durante o período 3, de entrada em operação do Porto, já sob o comando da Prumo Logística, o tema Desenvolvimento, crescimento econômico e investimentos voltou a ser o de maior abordagem na mídia, presente em 29,5% do total das matérias publicadas. Em segundo lugar, aparece o tema Operação/Mudança de perfil do Porto, presente em 23,0% das notícias. Os temas Geração de Emprego e Renda e Impactos Ambientais e Socioeconômicos foram abordados em 9,8% das notícias, seguidos pelo tema Demissões e Protestos de Trabalhadores, com 9,3%. As matérias sobre a crise do Grupo X e a mudança de comando do Porto ainda são repercutidas pela mídia no período, com 6,0% de frequência nas notícias. Os demais temas apareceram em menos de 4,0% das notícias ou não foram abordados.

Gráfico 1 - Frequência de abordagem dos temas relacionados ao Porto nos três períodos analisados.



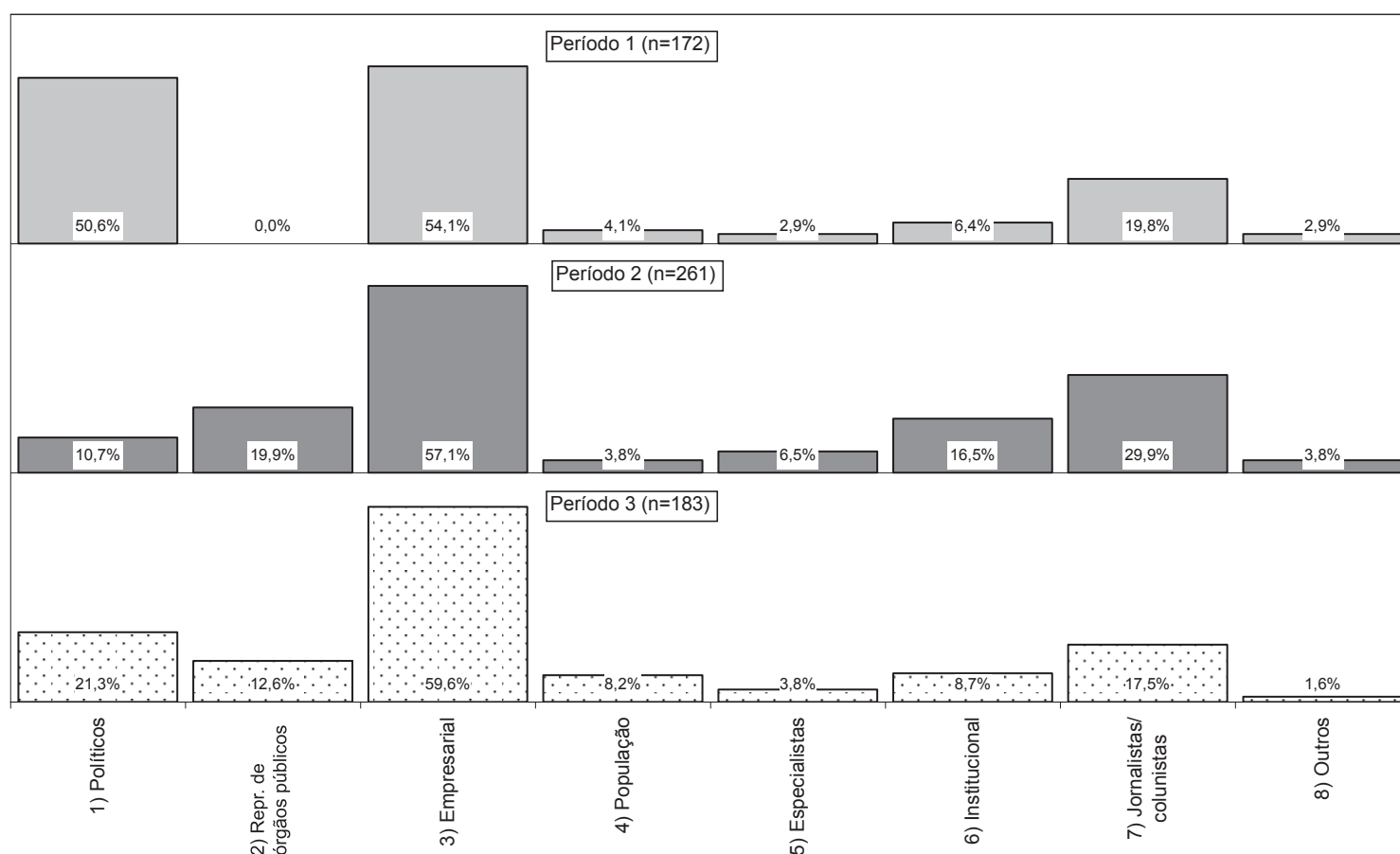
A pesquisa mostrou o predomínio da fonte empresarial e dos políticos nas publicações do período 1, com espaço em 54,1% e 50,6% das notícias, respectivamente. Os jornalistas/colunistas aparecem em terceiro lugar, com 19,8%, seguidos pela fonte institucional, presente em 6,4% das matérias. A população e os especialistas foram ouvidos em apenas 4,1% e 2,9% das notícias, nesta ordem. Os representantes de órgãos públicos não tiveram voz em nenhuma notícia no período.

No período de crise do Porto do Açu, no ano de 2013, a fonte mais utilizada pelos jornalistas em suas notícias continuou sendo a empresarial, com 57,1%, seguida pelos jornalistas/colunistas, com 29,9%. Os representantes de ór-

gãos públicos, como o Ministério Público, por exemplo, tiveram voz nas notícias do período 1, foram utilizados como fonte em 19,9% das notícias, principalmente em virtude das matérias sobre os impactos ambientais e socioeconômicos abordadas com maior frequência neste período. A fonte institucional também foi mais solicitada, aparecendo em 16,5% das notícias. Os políticos, que apareceram em mais de 50,0% das notícias no período de expectativa com relação ao Porto, preferiram se omitir no momento de crise ou não foram tão solicitados pela mídia, aparecendo em apenas 10,7% das notícias. Mesmo neste período crítico e de incerteza, os especialistas foram ouvidos em apenas 6,5% das notícias e a população, em apenas 3,8%.

Nas matérias do período 3, mais uma vez, verifica-se um forte predomínio da fonte empresarial, presente em 59,6% das notícias, como revela o Gráfico 2. Os políticos, que não foram tão requisitados ou preferiram não se pronunciar no período de crise, voltaram a aparecer na segunda posição, com voz em 21,3% das notícias, seguidos pelos jornalistas/colunistas, com citação em 17,5% e pelos representantes de órgãos públicos, com citação em 12,6% das notícias. A fonte institucional foi utilizada em 8,7% do total de notícias publicadas. O ponto de vista da população aparece com maior frequência que nos períodos anteriores, mas ainda com um índice muito baixo, de 8,2%. Os especialistas foram citados em apenas 3,8% das notícias.

Gráfico 2 - Percentual das fontes utilizadas nas notícias nos três períodos analisados.



Nos três períodos analisados, como mostra o Gráfico 3, as mensagens jornalísticas são, predominantemente, do gênero informativo, com 76,7% no período 1, 76,6% no período 2 e 85,8% no último período. O gênero opinativo foi utilizado em 22,7% das matérias no período

1 e em 22,6%, no período 2. A utilização deste gênero, que indica a opinião pessoal dos autores sobre determinado acontecimento, cai para 13,1% no período 3. O gênero interpretativo, que aborda os temas de maneira mais aprofundada, foi utilizado em apenas quatro das

616 matérias sobre o Porto do Açu.

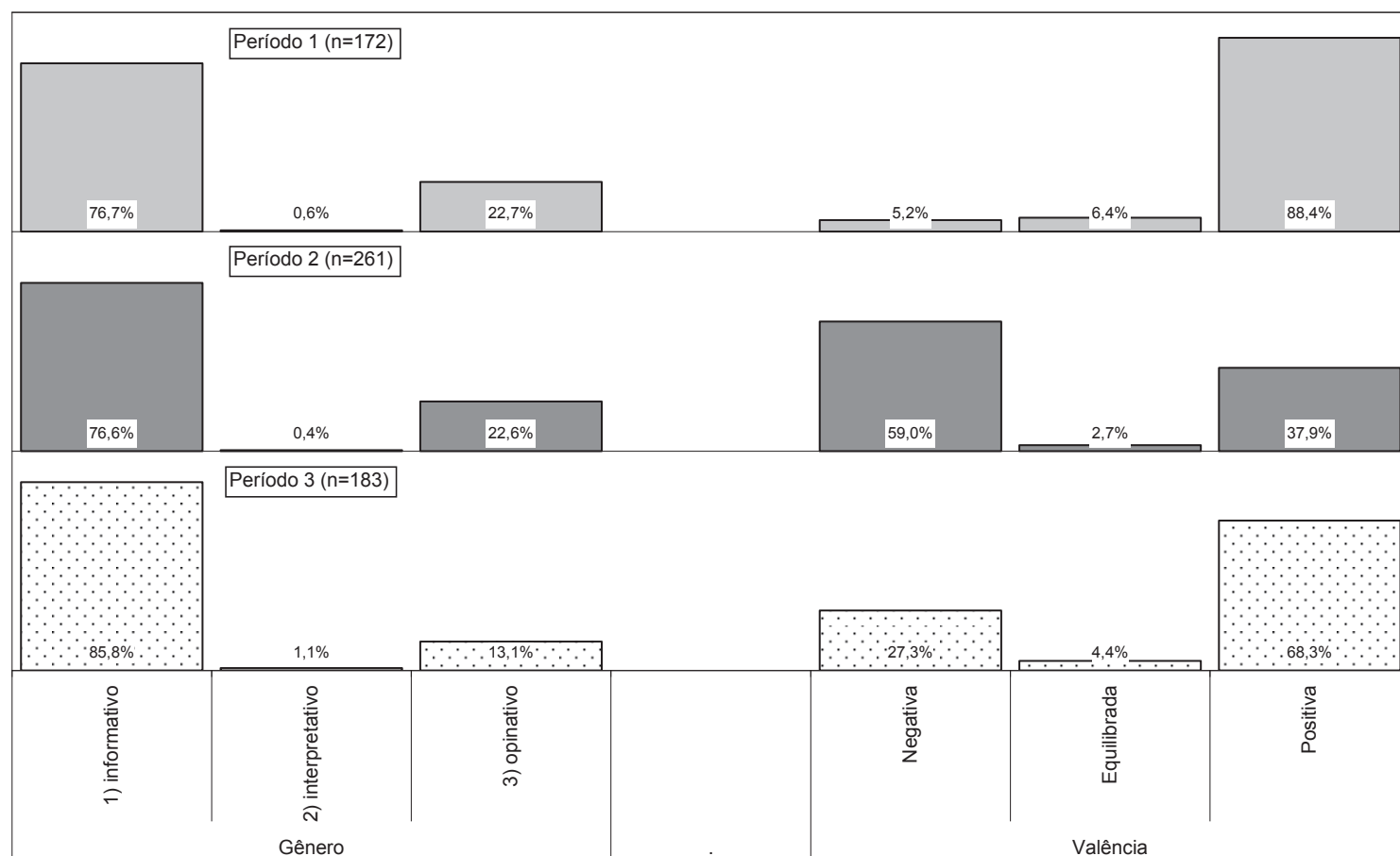
Em relação à análise de valência das notícias, ainda no Gráfico 3, podemos verificar que o período 1 foi o que teve maior percentual de matérias positivas sobre o Porto do Açu, com 88,4%. Neste período, 6,4% das notícias foram clas

sificadas como equilibradas, e apenas 5,2% das notícias tiveram enfoque negativo. No período 2, as notícias com enfoque negativo somaram 59,0% do total, superando as positivas, que apareceram em 37,9% das publicações.

As notícias de abordagem equilibrada representaram apenas 2,7% do total publicado. O período 3 volta a ser predominado pelas matérias que falam sobre o Porto de maneira positiva, com 68,3%. As matérias de enfoque nega-

tivo representam 27,3% das publicadas neste período, em que a derrocada das empresas do Grupo EBX ainda repercute na imprensa. As matérias equilibradas equivalem a apenas 4,4%.

Gráfico 3 - Percentual de utilização dos gêneros jornalísticos e valência das notícias.



Considerações finais

Os resultados mostraram, na fase de expectativa e início da construção do Porto, quando a população, em geral, não tinha conhecimento dos impactos positivos e negativos que ele poderia causar no território, um comprometimento da mídia na repercussão de notícias que falavam sobre a magnitude do empreendimento, desenvolvimento, progresso, crescimento econômico e outros benefícios que ele poderia gerar.

Somente no período de crise, com a repercussão nacional da queda das ações das empresas de Eike Batista, das desistências de empresas que haviam assinado memorandos de intenção para instalação no Complexo Portuário, é que estes

e outros fatos relacionados aos impactos ambientais e socioeconômicos tiveram maior destaque nos jornais regionais. Mesmo nesse período, a mídia não deixou de abordar o tema Desenvolvimento, crescimento econômico e investimento, que voltou a ocupar a primeira posição entre os temas mais frequentes na fase de mudança de comando e início de operação do Porto.

A partir dos resultados obtidos, é possível dizer que a mídia impressa não contribuiu para a reflexão e o debate ponderado das questões relacionadas ao Porto. A escolha do gênero informativo para quase 80% das notícias publicadas mostra que os temas foram abordados

de forma mais abrangente e superficial. O número extremamente reduzido de matérias do gênero interpretativo e de matérias com enfoque equilibrado revela que a mídia não teve a intenção de orientar os leitores, ampliar o debate, aprofundar e contextualizar os fatos e os temas relacionados ao Porto do Açu. A escolha das fontes para a construção de suas notícias também demonstra isso, visto que a maioria das matérias publicadas trouxe apenas a visão de empresários e/ou políticos. Os especialistas, que poderiam contribuir com seu conhecimento técnico para o debate e esclarecimento da população, foram consultados em apenas 4,7% das notícias publicadas.

Notas

¹Vídeo de divulgação do empreendimento portuário em São João da Barra, produzido para a LLX. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=13QDJ2SOqmc>. Acessado em 15 de outubro de 2015.

²O *lead* é o primeiro parágrafo do texto jornalístico e deve responder a perguntas básicas como o quê, quem, quando, onde, como e por que se deu o acontecimento, oferecendo logo no início as principais informações sobre o fato.

Referências

- AGB. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local Rio-Niterói – Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários. **Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú**. Rio de Janeiro, 2011.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- _____. **Jornalismo Interpretativo: filosofia e técnica**. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- _____. **A Imprensa Informativa: técnica da notícia e da reportagem no jornal diário**. São Paulo: Folco Masucci, 1969.
- BONFIM, W. S. **A agenda das fontes e a agenda jornalística**. III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SB-PJOR. Florianópolis, 2005.
- BRUM, J. A hipótese do Agenda Setting: Estudos e Perspectivas. **Revista Razón y Palabra**, n. 35, 2003. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/antiores/n35/jbrum.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- LEMO, L. M.; RODRIGUES, R. C. A. **Complexo Portuário e modernização do território: atores em conflito**. 2011. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/24.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- _____. **Portos e Modernização: uma pauta de pesquisa**. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, ano X, n. 38, p. 5-6, 2012.
- LEO, S. **Ascensão e queda do império X: Eike Batista e as jogadas, trapaças e os bastidores da história da fortuna de mais de US\$ 34 bilhões que virou pó**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- LIMA, V. A. De. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Revista USP**, n. 61, p. 48-57, 2004.
- LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MAIA, F. F. **A partilha dos royalties do petróleo e o papel da mídia**. 119f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Regional e Gestão da Cidade, Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2014.
- MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MCCOMBS, M. **A teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MEDINA, C. **Notícia, Um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1988.
- MEDINA, J. L. B. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. **Revista Symposium**, ano 5, n. 1, p. 45-55, 2001.
- MELO, P. R. A participação da fonte na construção da notícia: o caso do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-Terra (MST). **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora**, v. 6, n. 2, p. 1-21, 2012.
- MIRANDA, C. M. **Fontes Jornalísticas em Veja: enquadramento como estratégia de noticiabilidade em pautas de clima e meio ambiente**. 139f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Midiática, UFSM - RS, 2012.
- MONIÉ, F. **Análise geopolítica dos conflitos territoriais na área de influência do Complexo Portuário e Industrial do Açú - São João da Barra, RJ**. 2015.
- _____. **Desenvolvimento Territorial nas Cidades-Porto da América do Sul**. VII Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideú, Uruguai, 2009.
- MOURA, R. L. Gêneros jornalísticos na revista O Cruzeiro. In: MELO, J. M.; LAURINDO, R.; ASSIS, F. (Orgs.). **Gêneros Jornalísticos: teoria e práxis**. Blumenau: Edifurb, 2012.
- OLIVEIRA, C. **Os laços entre estado e capital privado: o grupo EBX como X da questão**. 91f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Regional e Gestão da Cidade, UCAM, Campos dos Goytacazes, 2012.
- PESSANHA, L. S. G. **O Complexo Portuário do Açú e o cenário empresarial da Região Norte Fluminense**. 91f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2012.

PIQUET, R. P. S.; SHIMODA, E. De braços abertos: as expectativas quanto aos impactos do Porto do Açú. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 1, n. 1, p. 121-137, 2014.

ROTHBERG, D. O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia. In: CHRISTOFOLETTI, R. (Org.). **Vitrine e vidraça: crítica de mídia e qualidade no jornalismo**. Covilhã, Portugal: LabCom Books, 2010.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de Notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 3ª ed. Florianópolis: Insular, 2012.

VAINER, C. B. Classes sociais e poder político no planejamento. In: AMBIENS Sociedade Cooperativa (Org.). **Estado e lutas sociais: intervenções e disputas no território**. Curitiba: Kairós, 2010. p. 107-120.

_____. **Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial**. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém/PA, mai. 2007.

ZANETTI, D. O *framing* e o processo de construção da notícia. **Revista PJ: BR - Jornalismo Brasileiro**, v. 10, 2008. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos10_a.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.